

Educação em Portugal nos anos 90

-Notas para uma reflexão-

Joaquim Azevedo

Conferência realizada em Arcos de Valdevez na Recepção aos Professores de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, organizada pelo CEDIP, a 10 de Outubro de 1991. Escola Secundária de Arcos de Valdevez.

EDUCAÇÃO EM PORTUGAL NOS ANOS 90

- Notas para uma reflexão -

Quero começar por agradecer o convite amigo que me endereçou o CEDIP - Centro Regional de Dinamização Pedagógica de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, experiência única e reconhecida tanto no domínio da integração dos professores e do ensino no meio envolvente como pelas acções de formação contínua. Mas antes de abordar o tema que me propuseram não posso deixar de confidenciar que o convite me deixou simultaneamente perplexo e entusiasmado. Perplexo porque me lançam sobre o desconhecido e me atiram para um exercício de trapézio sem rede. Os amigos, analisando uma parte do problema, não costumam fazer destas partidas. Entusiasmado porque é decisivo olhar os tempos que se avizinham, perscrutar as tendências que se escondem sob os dias que correm, a grande velocidade, impregnados de incerteza, tendo em vista construir um sistema educativo aberto aos grandes desafios do futuro, capaz de preparar crianças, jovens e adultos para melhor viverem a passagem do milénio, em liberdade e com esperança. Assim, os amigos, e aí está a outra parte, mais uma vez atestaram que o são de facto.

A educação em Portugal, nos anos 90. Qual a evolução desejável? Qual a evolução possível? Com que potencialidades e agarrada a que constrangimentos? Com que utopias?

Entre os variados riscos que corro, o primeiro é de cair no beco sem saída que seria falar da evolução do sistema educativo de per si, isoladamente, sem o contextualizar na globalidade da própria evolução social. O dever do sistema educativo, apesar do voluntarismo dos responsáveis políticos e de tantos professores, está dramaticamente abraçado ao dever social, seja enquanto factor de inércia e de travão seja como facilitador do êxito de certas perspectivas e políticas.

Neste sentido, alinhio desde já alguns traços gerais do que penso serem as grandes tendências da evolução social em Portugal(1), nos próximos anos, destacando aquelas que mais se relacionam com esta reflexão. De seguida, analisarei as mesmas grandes tendências na educação e na "escola dos anos 90".

(1) Não deixarei de o fazer no quadro das grandes tendências de evolução da Europa e do Mundo, pois a globalização é em si mesma uma das principais marcas dos anos que virão. Pressuponho a manutenção de um clima geral de paz e a ausência de fortes tensões em torno de Portugal.

Interpretando o que de novo vai acontecendo (ainda que minoritariamente), as respostas que no presente se dão diferentemente em relação ao passado, procura-se vislumbrar os dias que se avizinham.

Correndo todos os riscos inerentes à redução a sete breves pontos das linhas de força de evolução das sociedades e das economias, eis algumas das características desta evolução já presentes nos dias de hoje:

1) A interdependência de povos, culturas, economias e sociedades é cada vez mais avassaladora. A informação, com o apoio da telemática, atravessa velozmente todo o planeta tornando-nos todos de certo modo vizinhos, interrelacionados, implicados uns com os outros, finalmente dependentes uns dos outros. A globalização arrasta consigo padrões globais de qualidade, de prestação de serviços, de consumo, de design, de gestão. Algumas identidades pessoais, grupais e nacionais esbatem-se na massificação inerente a este processo. O planeta parece mais pequeno e mais apto a corrigir as trajectórias da separação entre norte e sul, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre o bem-estar e a fome. As próprias ideologias e as culturas se interpenetram, num movimento que tende a valorizar o pluralismo das ideias e as práticas democráticas.

2) Paradoxalmente, vivemos ao mesmo tempo, o tempo dos fragmentos: valoriza-se o instante que se vive, consome-se o imediato; as tradicionais "narrativas utópicas" parecem esboroar-se e os discursos fragmentam-se, sem lógica interna aparente; a TV educa para a descontinuidade, para a construção discursiva não "escolar", para o culto do instante, e para um modo browniano de pensar e de olhar a vida, fazendo crer na obsolescência da racionalidade e do pensamento lógico.

A "velha" tradição académica e escolar de estruturar o pensamento e o modo de olhar o mundo está posto em causa.

A globalidade que referi acima parece ser construída pelo somatório de pequenos mosaicos que nutrem um painel gigantesco, à escala do planeta. Temos diante de nós como que um écran gigante, constituído por milhares de monitores emitindo milhares de sinais com imagens e discursos diversos perante o qual nos sentimos incapazes de articular pouco mais do que umas dezenas de estreitas conexões. A própria velocidade a que mudam as imagens e os cenários ocultam-nos a sua percepção, porque para perceber é necessário interrelacionar, estabelecer pontes, de certo modo globalizar e estabelecer algumas leis.

Entre os fragmentos, como entre o norte e o sul, as disparidades não cessam, entretanto, de aumentar. Parece crescer, com a difusão mediática, a consciência de uma certa opacidade para perceber os conflitos e as tensões que subsistem.

3) A incerteza é um conceito-chave que todos pretendem compreender, para dominar. O objectivo número um as empresas é reduzir o nível de incerteza e assim diminuir os riscos. Os decisores políticos, por seu lado, desejam igualmente obter todos os dados, fazer sondagens, recolher e tratar informações, tudo para reduzir o campo do incerto das suas medidas.

No entanto, a maior certeza quotidiana com que todos vivemos é a de que tudo evolui muito rapidamente e à nossa volta tudo parece incerto, de que ninguém é suficientemente inteligente, abrangente e futurista para afirmar categórica e intolerantemente qualquer certeza.

Desconhecemos quais os novos objectos técnicos com que conviveremos e que inundarão o nosso quotidiano dentro de dez ou vinte anos e as profissões vão continuar a mudar aceleradamente quer na sua tipologia quer no seu conteúdo(2). A corrida às tecnologias da informação e às mais variadas bases de dados fazem parte de uma luta contra a incerteza que é também uma luta contra o tempo.

A estabilidade não existe ou, se existe, está demasiado escondida. As bases estáveis, culturais, científicas e tecnológicas, serão acessíveis talvez só a alguns deuses, antropólogos, ou cientistas do humano e do social, vivendo em observatórios instalados nos pontos mais altos do planeta, rodeados de especialistas de todos os ramos, cada um deles perdido na imensidade do seu saber especializado.

Cada um de nós sonha ser um desses deuses, pelo menos por um instante.

À escola restará educar para o saber situar-se, para fazer escolhas, imersos que estão as crianças e os jovens no "oceano tecnológico" desta "aldeia global"? Como ajuda a escola a gerir a incerteza?

4) A produção "infinita" de informação e a velocidade a que circula lançam nos dias que correm novas exigências quotidianas. A microelectrónica invadiu a vida social e as máquinas assistidas por

(2) O sector terciário, em Portugal, empregava em 1970 34% da população activa total; em 1990 já emprega 48% e estima-se atingir os 60% no ano 2000.

computador transformam os ciclos dos produtos, as respostas às necessidades são mais rápidas e a competitividade empresarial aumenta.

Os computadores vão chegar a todo o lado ao longo da década. Organizar e obter acesso a dados desorganizados e transformar esses dados em informação útil é o desejo de empresas, de administrações e até de particulares.

"O capital é a informação em movimento. Na sociedade da informação a mais valia é o conhecimento"(3). A economia vai progredir fortemente nos sectores de criação, produção e distribuição da informação. Reduzir mais e mais o tempo da informação é o objectivo central. Se eu escrevia uma carta e esperava a volta do correio para poder fechar um negócio, hoje posso levá-la ao destinatário em segundos, por correio electrónico, e dentro de uma hora obter a resposta e concluir algo que demoraria, no mínimo, uma semana.

Se informação é poder, é na velocidade a que se lhe acede ou a que se difunde que está o segredo. Fará parte da ferramenta base de qualquer indivíduo saber como recolher, tratar e comunicar a informação.

E a escola para que serve? Deve voltar-se para a formação para as novas tecnologias? Ou deve educar preferencialmente para os valores, para a responsabilidade pessoal e para a dimensão ética da vida, uma vida cada vez mais carregada de tecnologias altamente desenvolvidas? Ou deve conjugar ambas?

5) Vão acentuar-se, neste novo contexto, as mudanças organizacionais provocadas directa e indirectamente por esta rápida evolução social e tecnológica. Duas tendências se detectam: um movimento em ordem à descentralização da decisão e à partilha do poder, por um lado e por outro, um alastramento das soluções organizacionais flexíveis, adequadas a cada situação.

Nas empresas e demais organizações o modelo hierárquico tenderá a cair, cedendo o lugar às equipas de trabalho, com autonomia e responsabilidades próprias sempre crescentes. A organização taylorista e fordista do trabalho está a ser substituída por uma organização flexível e uma gestão participada.

(3) In Naisbitt, John, Macrotendências, Editorial Presença, Lisboa, 1988

A noção que se vai tendo é a de que quanto mais poder se devolver às comunidades locais e se atribuir às equipas de trabalho, mais aumenta a corresponsabilidade, a procura de soluções é mais fácil e, sobretudo, essas soluções ganham em ajustamento a cada situação concreta. Quem define os objectivos e estabelece as metas frequentemente falha porque não domina a execução nem os recursos disponíveis.

As resistências são muitas,(4) sobretudo nas empresas em que se adoptam processos de produção muito tradicionais e nas sociedades napoleonicamente administradas, como a nossa. No entanto, esta tendência de construir a vida social da base para o topo, não sendo uniforme, continua a aumentar.

Associada a esta tendência descentralizadora está a afirmação da diversidade e da diferença como colorários da liberdade; está e estará presente a tendência para reconstruir um Estado mais humilde, inadequados e ineficientes que estão os modelos do Estado-providência e da planificação central.

A descentralização do poder e da decisão e a consagração diversidade de soluções locais podem ser factores primordiais de mudança social em Portugal nos anos 90, na esteira do que significou já o poder autárquico nos anos 80. Um Portugal pluricêntrico, multifacetado, aberto à tensão que nasce da diversidade, corrector de assimetrias insustentáveis.

E a escola irá permanecer como o reservatório social dos modelos hierárquicos? Continuará a ser o protótipo dos modelos únicos do pronto-a-vestir social? Teremos escolas abertas à participação local, embrenhadas na comunidade, disponíveis para acolher a diversidade de pontos de vista e de soluções? Ou escolas reprodutoras?

(4) Este novo modelo de gestão, certamente adoptado para tornar o sistema produtivo mais eficiente, tem entre os empresários-patrões das pequenas e muito pequenas empresas expressão ainda reduzida, fechados que estão sobre a organização tradicional da produção. As resistências terão que ver precisamente com a dificuldade em romper com esse modelo tradicional, com a falta de formação e ainda com a dificuldade em inovar as organizações, tão pequenas e familiares elas são.

6) Os homens e mulheres que habitam o planeta azul vão-se dando conta dos seus limites, após décadas de intensa exploração dos seus recursos. A preservação do ambiente, as preocupações em torno de problemas como a camada do ozono, a chuva ácida, o aquecimento global, a destruição das florestas, a busca da água, vão marcar certamente os anos 90. O consumismo desenfreado está a revelar as suas consequências nefastas.

A problemática das fontes energéticas será tema central em debate.

A vida nas cidades quanto mais insuportável, mais levará os cidadãos e os eleitos locais a procurar soluções ecológicas novas, desde o trânsito aos espaços verdes, desde a fruição cultural à habitação e à água. Os jovens são sensíveis a estes problemas, porque marcam decididamente o futuro, e a educação e a investigação científica e tecnológica têm um importante papel a desempenhar no desenho de novos possíveis.

7. A sociedade e a economia portuguesas vão continuar a abrir-se e a complexificar-se, assistindo-se à aceleração de um processo de desruralização que nos marca desde os anos 70.

Talvez esta aceleração tenha muito de prescrito e seja menos fruto de um amadurecimento conseguido quer do processo produtivo quer da herança cultural comum. A integração na C.E. é em grande parte responsável por este ritmo. Nos anos 90, o fim dos períodos transitórios, quais almofadas colocadas nas cambalhotas das mudanças, pode fazer estilhaçar algum "papel de parede" que ainda mantém algumas crises latentes (industriais, agrícolas, culturais, comerciais etc).

Por todo o lado se exigirá mais formação, mais pessoal qualificado, a um ritmo também inédito. A sociedade portuguesa não possuirá, antes do fim do século(5), recursos humanos qualificados nem em quantidade nem em qualidade para fazer face a estas exigências.

A formação inicial será apenas uma das exigências básicas do novo contexto socioeconómico. A actualização, a requalificação, a reconversão, a formação ao longo de toda a vida serão requeridas por um processo produtivo que tem drasticamente de fazer face à competitividade, aos nossos processos de produção, às novas tecnologias e às inovações constantes.

(5) A obrigatoriedade de cumprimento da escolaridade de 9 anos, a ter início em 1995/96, o impacto das novas qualificações tecnológicas e profissionais de nível intermédio e da abertura do acesso ao ensino superior só serão francamente sensíveis a partir de 1996.

*

Em suma, Portugal integrará o movimento de construção de uma nova Europa. Que sonho temos para a Europa, em que "nós" das redes internacionais queremos e podemos intervir, com que identidade vamos enriquecer essa Europa, a esprair-se do Atlântico aos Urais.

E a educação terá aqui um papel decisivo ou continuará a ser um parente pobre a ver passar o TGV, como um atrasado reboque das mudanças estruturais?

Vejam os então que educação vislumbramos para os anos 90. Sem deixarmos de ter em conta as limitações presentes, procuraremos identificar o novo rosto de uma escola(6) libertadora do homem.

Tendências na evolução do sistema educativo

Alinharei de seguida alguns grandes eixos estruturantes do que poderá ser a educação na década de 90: segmentos prioritários, tensões subjacentes, debates latentes e sonhos, sonhos que nos transportam, carregados de esperança, para mais e melhor educação para todos(7).

1. Educar será sempre alargar as fronteiras da liberdade, aumentar a capacidade de participação social e aprofundar o desenvolvimento moral e material da comunidade nacional. A inequívoca afirmação da educação como prioridade política deve ser constante nos anos 90, como suporte estrutural ao desenvolvimento integrado do País.

A educação é um direito fundamental do homem. Constitui mesmo uma condição prévia ao exercício de outros direitos por parte de cada indivíduo e ao próprio reconhecimento e respeito pelos direitos do outro (Hallak, 1990). Aliás, não nos mobiliza, como questão central, a ideia de melhorar a educação para melhorar conseqüentemente a produtividade do

(6) Neste contexto de uma recepção a professores do ensino não-superior vamos focar o panorama do ensino não-superior.

(7) Não se elencam metas ou prioridades de actuação, mas um ponto de vista sobre algumas das vagas de fundo que, porventura, lhes subjazem.

trabalho. Numa sociedade crescentemente complexa e tecnologicamente avançada(8) o requerido aumento generalizado das qualificações dos cidadãos significa a sua preparação para o desempenho dos diversos papéis sociais, para participação criativa nesses processos sociais, para uma relação nova com o ambiente, para a capacidade de resolução de novos problemas em novos contextos e para a autonomia, para a fruição cultural e para a utilização criativa dos tempos livres, para a preservação da saúde, da cultura e das tradições próprias.

No contexto sociocultural e económico que acabamos de descrever, a afirmação identitária de Portugal, a sua modernização e a procura do bem-estar do seu povo passam inevitavelmente pelo reforço dos investimentos educacionais. Não só na quantidade de escolas e de recursos disponíveis mas também e sobretudo na qualidade da educação pode estar a superação daquele que é talvez o maior estrangulamento ao defluir do Portugal moderno. Mais e melhor educação para todos será, assim, o investimento central para o desenvolvimento do País.

Na "nova Europa" do Mercado Único, Portugal representará apenas 3% da população e menos de 1% do PIB. Se não apostamos fortemente na educação, na qualificação profissional e na investigação científica e tecnológica não nos restarão forças para competir no competitivo palco europeu.

A prioridade à educação, no entanto, não depende exclusivamente dos governos (que bem podem esquecê-la) mas essencialmente da mobilização das comunidades locais, e dos agentes sociais mais activos que podem - e devem, sem delegações de poder - vincar a importância social, cultural, económica desta prioridade.

2. A década de 90 será a da consagração e consolidação da nova escolaridade básica, geral, universal, e obrigatória de nove anos. A partir de 1996 ela deverá ser universal, segundo a Lei de Bases. Em menos de dez anos desejamos realizar o que demorou mais de vinte a fazer para a escolarização de 6 anos. Desafio enorme, desafio a vencer.

(8) Esta complexificação inscreve-se na passagem gradual da sociedade tradicional portuguesa a uma sociedade pós-industrial: pelo dinamismo dos sectores de produção não industrial de serviços e bens imateriais, pelo retorno às preocupações ambientais, pelo crescimento das classes médias, pela difusão e impacto da informação e dos media, pela importância do consumo na integração social dos jovens, pelo crescimento das interdependências e pela incapacidade de resolução de problemas importantes no quadro nacional do Estado-nação, pela globalização dos mercados, pela pulverização dos discursos e das narrativas clássicas, pela queda das fronteiras e dos blocos e pela globalização de toda a vida social (pela integração crescente na aldeia global), etc.

Em conexão com este desafio, importantes tensões nortearão o debate e as medidas de política, neste domínio, ao longo da década. Sublinho duas: em primeiro lugar a tensão entre o uniformismo, a massificação e o respeito pela diferença e pela pluralidade; em segundo lugar o conflito entre um ensino básico assente na promoção de todos os indivíduos e um ensino básico seleccionador dos "mais aptos".

Espero que esta década deixe para trás a aberração de um ensino básico carregado de "mortalidade escolar", único na Europa e típico de países muito pouco desenvolvidos, em que a esperança de vida no sistema escolar é de quatro a seis anos(9).

Será necessário, entre outras medidas, rever a rede escolar, escolarizar progressivamente toda a população dos 5-6 anos, eliminar radicalmente o abandono precoce, apoiar a promoção de todas as crianças, investir na requalificação dos professores, promover a inovação educativa e apoiar fortemente as famílias mais carenciadas.

3. A autonomia das escolas será uma das grandes prioridades qualitativas da década que começa.

Só num clima de liberdade, soltos das garras do jacobinismo centralista da nossa administração, no defluir contínuo da diversidade, na afirmação prática do princípio da autonomia, se poderão refazer e passar à prática orientações e percursos educativos inovadores.

No entanto, as medidas descentralizadoras e autonómicas serão sempre aprofundadas sob fortes tensões entre uniformidade e diversidade, igualitarismo e diferenciação, entre descentralização e centralismo, liberdade de iniciativa e autoritarismo estatal, plano local e âmbito nacional.

(9) Apesar de terem decrescido nos últimos anos, as taxas médias de reprovação no Continente, em 1991, são de 29,3% na 1ª fase e de 19,0 na 2ª fase. Os intervalos são, no entanto, enormes. Na 1ª fase, o concelho de Baião ainda surge com 51,5% de reprovações, contra 11,6%, por exemplo, em Almeida. Apesar da média nacional ser de 19,0% na 2ª fase, há distritos onde as médias são muito mais elevadas, como Vila Real com 37,1%, Viana do Castelo com 33,6% e Braga com 31,9%. Ponte da Barca apresenta, também este ano, valores elevados: 47,7% na 1ª fase e 24,5 na 2ª. Arcos de Valdevez surge com 39,7% na 1ª e 29,2% na 2ª. Os dois Concelhos da área de intervenção do CEDIP encontram-se entre os que apresentam mais reprovações.

As escolas serão tanto mais ricas, eficientes e amadas quanto mais se afirmarem com rosto próprio, autónomas, diversas, enxertadas na inesgotável riqueza das potencialidades e dos constrangimentos das comunidades locais. E as escolas têm de ser locais aprazíveis, onde se quebra o anonimato, para que haja, de facto, comunidade humana.

O ponto mais controverso parece ser o da autonomia financeira de cada escola; deverá ou não ser a comunidade educativa a controlar a totalidade do orçamento de investimento e de funcionamento? Como exercer um efectivo poder próprio sem o controlo do orçamento?

Simultaneamente devem ser reforçados os mecanismos de avaliação sistemática do desempenho das escolas, evitando o crescimento de todo o tipo de disparidades.

4. A década de 90 será a da afirmação da pluralidade de opções e de oportunidades de formação após a escolaridade de nove anos, rompendo definitiva e significativamente com os ciclos do pretense igualitarismo assente na unificação(10).

O ensino técnico-profissional, as escolas profissionais e a nova rede de escolas artísticas, congregando já hoje cerca de 60.000 jovens, representam um enorme potencial de novas escolhas que vai, certamente, desenvolver-se ao longo da década.

Deixando o acesso ao ensino superior de constituir um drama (ele é transferido para o 1º e 2º anos do ensino superior), é possível que, no termo do 9º ano, os jovens escolham de forma mais livre um percurso para o ensino secundário

(10) Este assunto carece de aprofundamento, o que tivemos oportunidade de fazer em... "Ensino Técnico e Profissional: dilemas, contradições e desafios. O caso português", comunicação apresentada ao Congresso da CESE, em Madrid em 1990, conjuntamente com José Matias (texto policopiado).

Neste aumentar-se-á, na própria via tradicionalmente ligada ao prosseguimento de estudos, a área das opções livres, facultando oportunidades acrescidas de escolha e de realização pessoal(11).

Algumas tensões percorrerão, entretanto, esta diversificação: como conciliar cultura geral e cultura profissional, como articular formação tecnológica e profissional e mercado de trabalho? Até que ponto é que a diversificação não é sinónimo de estigmatização de umas vias e eleição de outras? Como preservar a igualdade de oportunidades e de sucessos na diversificação de percursos de formação?

5. A solidariedade é a dimensão ética que deveria nortear o desenvolvimento do sistema educativo.

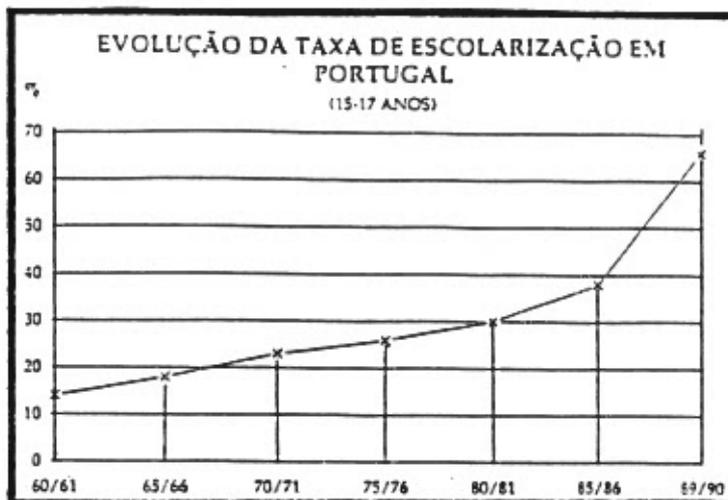
A educação é, como vimos, um bem cada vez mais precioso; quem não lhe acede corre, inevitavelmente, fortes riscos de exclusão social. Ora, o nosso sistema de ensino patenteia uma situação insustentável de aumento acelerado das taxas de escolarização(12), por um lado, e mantendo níveis insuportáveis de abandono precoce e de insucesso escolar, de subeducação, por outro. Uma parte sobreinstrui-se com toneladas de conhecimentos e outra parte é excluída do acesso aos mais elementares benefícios educacionais.

As acentuadíssimas disparidades regionais poderão ser esbatidas(13) e as "zonas negras" do Norte do País eliminadas, desde que o Estado coopere com as organizações locais, apoiando as famílias e os educandos mais desfavorecidos, incentivando a concepção e realização de projectos locais autónomos de melhoria da educação.

Sendo a selecção um dos mandatos sociais impostos ao sistema de ensino, é fundamental democratizar os processos selectivos evitando os riscos de marginalização social dos excluídos, sobretudo dos que não possuírem escolaridade básica. Estes riscos podem vir a ter uma gravidade insuspeitada no futuro próximo, no contexto do Mercado Único Europeu e numa época em que a todos é exigida maior qualificação.

(11) A componente de "formação técnica", comum a todos os percursos escolares após o 9º ano, traduz-se na aprendizagem de opções vocacionais seja de cariz tecnológico ou artístico ou ainda de aplicações laboratoriais de certas aprendizagens teoricamente abordadas (ex. Inglês, Química). Estas opções são livres, não se articulam necessariamente ao longo dos 3 anos e visam completar a formação dos jovens e oferecer uma área curricular (6 horas) mais próxima dos seus gostos e desejos de experimentação.

- (12) Na segunda metade dos anos 80 as taxas de escolarização cresceram muito, conforme se pode ver pelo gráfico seguinte, no grupo 15-17 anos.



Fonte: Tavares, L.V.(1991)

- (13) As disparidades são muito acentuadas, como se pode ver pelo quadro seguinte. (Repare-se p. ex. no intervalo entre distritos de Lisboa e de Braga).

DISTRITOS	14	15	16	17
1	2	3	4	5
AVEIRO	62.7	55.1	49.3	44.9
BEJA	87.4	59.1	67.1	62.6
BRAGA	58.5	42.8	37.5	28.8
BRAGANÇA	72	62	65.1	53.4
C. BRANCO	84.1	72.3	72.5	76.5
COIMBRA	86.6	77.6	76.7	74.4
ÉVORA	82.3	83.1	85	76.2
FARO	93.1	102.5	94.7	74.7
GUARDA	84.9	70.2	70.1	72.7
LEIRIA	72.5	93.9	56	51.3
LISBOA	85.6	90.4	90.6	79.7
PORTALEGRE	93.9	74.1	66.5	58.3
PORTO	66.8	59.8	55.1	47.4
SANTARÉM	76.9	54.3	44.5	34.5
SETUBAL	85.8	84.6	83.8	70.5
V. CASTELO	61.5	49	46.9	38.9
V. REAL	75.9	52.3	47	45.6
VISEU	64.9	52.5	47.1	40.7

Haverá que evitar que franjas significativas da população fiquem sem acesso a um bem socialmente precioso. A promoção de todos e de cada um é corolário proeminente da solidariedade. A avaliação deverá ser essencialmente formativa e a selecção terá de ser multicriterial, baseada em variados parâmetros de excelência e não apenas na dos saberes académicos e livrescos.

No entanto, não defendemos a solidariedade a qualquer preço nem o sucesso escolar administrativo, nem advogamos adocicar o forte movimento de exclusão. Impõe-se a promoção de um real sucesso educativo que concilie a exigência da progressão com o apoio a todas e a cada um daqueles que apresentem necessidades educativas especiais, que concilie a avaliação dos desempenhos com uma matriz multicriterial, valorizadora das várias formas de expressão humana. A solidariedade tem de chegar aos próprios currículos e planos de estudo, à sala de aula, às práticas pedagógicas de cada educador, à actuação quotidiana e conjunta de pais, professores e crianças.

A própria educação, em todos os níveis de ensino, deverá reforçar o conteúdo ético e valorativo da educação e vincar a importância da formação pessoal e social, desenvolvendo mulheres e homens mais solidários.

A cooperação com os PALOP e com os seus sistemas de ensino deve constituir também, ao longo da década, um domínio relevante do exercício da solidariedade, tendo como veículo a língua portuguesa. "Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e agir", como ontem afirmou tão brilhantemente Vergílio Ferreira em Bruxelas.

6. As políticas educativas nos anos 90 valorizarão a cooperação entre o Estado e a sociedade civil e serão impelidas a trilhar mais vigorosamente os caminhos da concertação social.

A educação nacional será cada vez menos tarefa exclusiva do Ministério da Educação para ser assumida pelas comunidades educativas e pelos agentes sociais locais. Três movimentos desenham esta tendência: primeiro, um novo modelo de gestão das escolas, aberto à participação alargada dos vários elementos da comunidade escolar (professores, pais, alunos, autarquias e agentes culturais e sociais); em segundo lugar, o movimento de assumpção por parte de autarquias, fundações, associações

culturais, empresariais e profissionais e outros agentes, de responsabilidades directas na promoção e na gestão de escolas, de parceria com o Estado; finalmente, o movimento descentralizador da administração educativa e a autonomia crescente das escolas.

Na medida em que o próprio Estado não é o construtor de todo o edifício educativo e partilha com a iniciativa particular e cooperativa a oferta de educação, o Ministério da Educação deve estimular o diálogo social com outras entidades: Assembleia da República, Conselho Nacional de Educação, Conselho de Concertação Social, Conselho Coordenador do Ensino Particular e Cooperativo, Conselhos Consultivos das Direcções-Gerais e Regionais do próprio Ministério.

A revitalização destes espaços de concertação e de diálogo social é estratégica e implica que os agentes sociais sejam chamados a desempenhar um papel activo na construção e acompanhamento das políticas educativas que continuarão a requerer, para obterem êxito, uma grande participação da comunidade nacional.

A concertação virá certamente a privilegiar os professores, os alunos, os pais e as autarquias locais, num envolvimento lento e crescente. O poder será mais repartido e os cidadãos e os seus eleitos serão actores de um processo irreversível da parceria e de mobilização das comunidades, tão gigantescos são os desafios colocados à educação em Portugal.

7. A participação será o desafio maior da reforma educativa em ordem à mobilização dos seus principais actores: professores, pais, alunos, restantes agentes da comunidade educativa. A implementação dos novos planos curriculares vai persistir até 1996, a nova modalidade de gestão das escolas inicia-se apenas em 1992 a formação dos professores para as novas dinâmicas educativas decorrerá até meados da década, ou seja, a reforma será executada gradualmente ao longo dos anos 90.

O desenvolvimento da educação depende também das possibilidades reais dos agentes que intervêm na educação se aperceberem do que se está a passar e da capacidade de acção que tiverem em ordem a provocar os ajustamentos necessários.

Informar, envolver e mobilizar para fazer participar, transformar milhares de espectadores em actores, é a dose de sonho que habita a reforma educativa. Os professores e os alunos serão os primeiros a entrar em cena, logo seguidos pelos pais e pelas autarquias. Com elas será possível concretizar o sonho de uma educação na liberdade e pela liberdade, desenvolvida na solidariedade e propiciadora de um desenvolvimento harmonioso do País.

Textos de referência

HALLAK, Jacques, Investir dans l'avenir, Définir les priorités de l'éducation dans le monde en développement, Unesco, Paris, 1990, 345 pág.

LOPES, Ernáni Rodrigues, et ali, Portugal: o Desafio dos anos noventa, Editorial Presença, Lisboa 1989, 317 pág.

NAISBITT, John, Macrotendências, Editorial Presença Lisboa, 1988, 295 pág.

TAVARES, L. Valadares, Desenvolvimento dos Sistemas Educativos, Modelos e Perspectivas, GEP-ME, Lisboa, 1991, 169, pág.